

JOÃO FURTADO MARTINS

**CORRUPÇÃO E INCÚRIA
NO SANTO OFÍCIO
MINISTROS E OFICIAIS
SOB SUSPEITA E JULGAMENTO**

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA

LISBOA 2015

APRESENTAÇÃO

Desde há cerca de 20 anos, quando o Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) inaugurou as suas coleções como forma de assinalar e dar visibilidade a um campo de especialização historiográfica, primeiro “História Religiosa – Fontes e Subsídios” e depois “Estudos de História Religiosa”, que a decisão editorial se referiu a um duplo critério de seleção e acolhimento de propostas de textos. Em primeiro, o valor e a natureza dos trabalhos a publicar no âmbito historiográfico especializado que é o seu; em segundo lugar, a acessibilidade que se procura promover relativamente a trabalhos de investigação resultantes de projetos realizados no seu quadro institucional, ou do trabalho académico dos seus membros, com prioridade para os jovens investigadores. Acerca dessa ambição, escrevia o então diretor do CEHR:

«São diversas as focagens. As instituições, as pessoas e as organizações, os lugares e as memórias, os sistemas económicos e as realidades sociais, as mentalidades cristalizadoras de ideias em movimento, as práticas culturais, as motivações interiores, as doutrinas e as disciplinas exigem uma pluralidade de perspectivas. Os trabalhos monográficos, em princípio, melhor atingirão com objectividade esta largueza de direcções. O carácter monográfico permitirá alterar visões tradicionais e incorporar perspectivas provocantes para a vivência futura.»

Conforme a este desiderato, a coleção “Estudos de História Religiosa” acolhe agora o resultado do trabalho de um jovem investigador, com origem na sua dissertação de mestrado devidamente apreciada e valorada pelo competente júri académico, conforme se explica no prefácio deste livro assinado pela professora Isabel Drumond Braga, sua orientadora. E se os estudos sobre a Inquisição moderna ou o Tribunal do Santo Ofício têm conhecido desenvolvimentos vários, de que a realização do Seminário de História Religiosa Moderna, realizado no CEHR em 2009 procurou dar conta, persiste um alargado contingente de temas por investigar e novas abordagens por explorar. É nesta perspectiva, e

mais especificamente no âmbito da confessionalização e do estabelecimento de mecanismos e processos de disciplinamento social em curso no seio das sociedades da época moderna, que se situa o presente trabalho: «estudar os ministros e oficiais inquisitoriais que foram alvo de processos levantados pelo [próprio] Tribunal da Inquisição, por crimes que figuravam como sendo contra o “reto ministério do Santo Ofício”, expressão utilizada na época para definição, de entre outros atos, do mau desempenho de funções» (cf. p.12).

Tal como acontece com esta publicação, acolher, valorizar e debater o trabalho de história religiosa que se realiza no âmbito universitário ou interuniversitário faz parte da missão do CEHR, unidade de investigação da Universidade Católica Portuguesa. À comunidade científica em geral caberá agora registar, criticar e debater este contributo para o conhecimento de uma das instituições mais marcantes da época moderna, em particular nos países do Sul da Europa. Nas mãos do leitor, de qualquer leitor, fica um trabalho que lerá com proveito e agrado.

Paulo Fontes
(diretor do CEHR)

PREFÁCIO

É com muito gosto que escrevo o prefácio à obra de João Henrique Martins intitulada *Corrupção e incúria no Santo Ofício: ministros e oficiais sob suspeita e julgamento*. O texto começou por ser uma dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no passado mês de janeiro de 2014, tendo sido arguida pelas Professoras Doutora Fernanda Olival, da Universidade de Évora, e Doutora Mariagrazia Russo, da Università degli Studi della Tuscia (Viterbo, Itália) e classificada com 19 valores por unanimidade.

Inicialmente, o autor tomou contacto com a matéria no seminário de História Moderna, vocacionado para iniciar os alunos na investigação de temas daquela época. Nessa altura, seguiu o percurso de um oficial prevaricador. Durante a frequência do curso de Mestrado alargou a pesquisa a todos os processos que conseguiu localizar, e que vieram à consulta, de ministros e oficiais cujos comportamentos se haviam pautado ou por incúria ou por corrupção durante o funcionamento do Tribunal do Santo Ofício (1536-1821). O resultado obtido foi o que os leitores podem agora ler nas páginas que se seguem.

João Henrique Martins respondeu positivamente ao desafio que lhe lancei: aproveitar os riquíssimos fundos da Inquisição para o estudo de temáticas menos conhecidas ou mesmo negligenciadas pelos historiadores das matérias do Santo Ofício. Entendendo o Tribunal da Fé como um dos vários mecanismos de disciplinamento da sociedade portuguesa da Época Moderna, o autor definiu, a partir dos regimentos inquisitoriais, os contornos do delito que então se designava “contra o reto ministério do Santo Ofício”. Esclarecido o quadro legal, verificou a sua aplicação na prática dos tribunais de distrito face aos ministros e oficiais que o não cumpriam.

O estudo do mau desempenho de funções desenvolveu-se a partir de três núcleos de prevaricadores: alcaides e guardas dos cárceres, familiares e comissários e, finalmente, solicitadores e qualificadores. Especificaram-se as funções e competências inerentes a cada ministro e a cada oficial em causa, analisaram-se

os crimes, as motivações, as penas a que foram sujeitos, bem assim como os contextos em que foram praticados. A tese terminou com uma caracterização sociológica deste grupo pouco numeroso mas relevante, uma vez que o mau desempenho de funções acabava por manchar a imagem da instituição.

Ao autor, que conheci durante a licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e que sempre se mostrou discreto, educado e interessado, desejo as maiores felicidades no percurso que agora iniciou. Que a publicação deste seu primeiro livro seja a primeira etapa de uma produção historiográfica marcada pelo rigor e pela originalidade quer dos temas quer das abordagens.

Isabel Drummond Braga

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa